

**IPMS –  
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SUZANO**

**CONCURSO PÚBLICO  
EDITAL Nº 01/2015**

**Cód. 05 – Contador**

1. Declara a Lei da Responsabilidade Fiscal que se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão:
  - A) por consequência própria e nos montantes desnecessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação administrativa, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.
  - B) por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.
  - C) por consciência própria nos vinte dias subsequentes da limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela LOA.
  - D) por lei própria nos trinta dias subsequentes da limitação de desempenho administrativa, segundo os critérios fixados pela LOA.
  
2. Para os fins da Lei da Responsabilidade Fiscal, considera-se adequada com a lei orçamentária anual, a despesa, objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que:
  - A) somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício.
  - B) diminuídas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício.
  - C) somadas todas as receitas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício.
  - D) diminuídas todas as receitas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício.
  
3. Complete as lacunas abaixo com a alternativa correta.

O resultado do Banco Central do Brasil, apurado após a constituição ou reversão de reservas, constitui \_\_\_\_\_ do Tesouro Nacional, e será transferido até o décimo dia útil subsequente à aprovação dos balanços \_\_\_\_\_.

  - A) receita / bimestrais
  - B) despesa / semestrais
  - C) receita / semestrais
  - D) despesa / trimestrais
  
4. Com base na Lei Complementar 101/ 00 é considerada obrigatória de caráter continuado a:
  - A) despesa de capital derivada de lei ou de medida provisória que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período inferior a três exercícios.
  - B) receita corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período inferior a três exercícios.
  - C) receita de capital derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
  - D) despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

5. De acordo com a LRF, se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subseqüentes, reduzindo o excedente no primeiro em pelo menos:
- A) 20%.
  - B) 25%.
  - C) 15%.
  - D) 10%.
6. De acordo com a lei 9.717/98, a contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores:
- A) não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro desta contribuição.
  - B) poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, mas não poderá ser superior ao dobro desta contribuição.
  - C) não poderá ser superior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao triplo desta contribuição.
  - D) poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, mas não poderá ser superior ao triplo desta contribuição.
7. Com base na Lei Nº 9.717/98 analise as afirmativas e, em seguida indique a alternativa correta.
- I- As alíquotas de contribuição dos servidores ativos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para os respectivos regimes próprios de previdência social não serão inferiores às dos servidores titulares de cargos efetivos da União, devendo ainda ser observadas, no caso das contribuições sobre os proventos dos inativos e sobre as pensões, as mesmas alíquotas aplicadas às remunerações dos servidores em atividade do respectivo ente estatal.
  - II- Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal não poderão conceder benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social, de que trata a Lei nº 8.213/91, salvo disposição em contrário da Constituição Federal.
  - III- No caso de extinção de regime próprio de previdência social, a União, o Estado, o Distrito Federal e os Municípios assumirão integralmente a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios concedidos durante a sua vigência, bem como daqueles benefícios cujos requisitos necessários a sua concessão foram implementados anteriormente à extinção do regime próprio de previdência social.

Com base nas informações acima, está correto afirmar que:

- A) apenas as afirmativas II e III estão corretas.
  - B) apenas a afirmativa I está correta.
  - C) as afirmativas I, II e III estão corretas.
  - D) as afirmativas I, II e III estão incorretas.
8. Leia o enunciado abaixo, analise as afirmativas abaixo dando valores de (V) para verdadeiro ou (F) para falso e, em seguida assinale a alternativa correta.

Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal deverão ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, observado(s) o(s) critério(s):

- ( ) de realização de avaliação atuarial inicial e em cada balanço utilizando-se parâmetros gerais, para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios.
  - ( ) de financiamento mediante recursos provenientes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das contribuições do pessoal civil e militar, ativo, inativo e dos pensionistas, para os seus respectivos regimes.
  - ( ) das contribuições e os recursos vinculados ao Fundo Previdenciário da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e as contribuições do pessoal civil e militar, ativo, inativo, e dos pensionistas, somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários dos respectivos regimes, ressalvadas as despesas administrativas estabelecidas no art. 6º, inciso VIII, da Lei Nº 9.717/98, observado os limites de gastos estabelecidos em parâmetros gerais.
  - ( ) do registro contábil individualizado das contribuições de cada servidor e dos entes estatais, conforme diretrizes gerais.
- A) V, F, F, V.
  - B) F, V, V, F.
  - C) V, V, V, V.
  - D) F, F, F, V.

9. A Portaria MPS que dispõe sobre a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária é a de:

- A) Nº 315/2010.
- B) Nº 204/2008.
- C) Nº 347/2008.
- D) Nº 510/2011.

10. O Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) será exigido no(s) caso(s) de:

- I- realização de transferências involuntárias de recursos pela União.
- II- celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como recebimento de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União.
- III- liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais.
- IV- pagamento dos valores devidos pelo Regime Geral de Previdência Social, em razão do disposto na Lei Nº 9.796/99.

De acordo com as informações acima, indique a alternativa correta.

- A) Estão corretas apenas duas afirmativas.
  - B) Estão corretas todas as afirmativas.
  - C) Está correta apenas uma afirmativa.
  - D) Estão corretas apenas três afirmativas.
11. Os parâmetros e as diretrizes gerais previstos na Lei Nº 9.717/98, que dispõe sobre regras para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos, ocupantes de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e o cumprimento do disposto nos arts. 1º, 2º e 15 da Lei Nº 10.887/04, serão regidos conforme as disposições da Portaria MPS de:
- A) Nº 402/08.
  - B) Nº 403/08.
  - C) Nº 404/08.
  - D) Nº 315/10.

12. Leia atentamente as afirmativas abaixo.

- I- Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) é o regime de previdência, estabelecido no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que assegura, por lei, aos servidores titulares de cargos temporários, pelo menos, os benefícios de aposentadoria e pensão por morte previstos no art. 40 da CF/88.
- II- O RPPS oferecerá cobertura exclusiva a servidores públicos titulares de cargo temporário, magistrados, ministros e conselheiros dos Tribunais de Contas, membros do Ministério Público e de quaisquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações e a seus dependentes.
- III- O servidor do ente federativo, incluídas suas autarquias e fundações, ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de cargo eletivo, bem como de outro cargo efetivo ou de emprego público, é segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).
- IV- O segurado do RPPS, quando cedido a órgão ou entidade de outro ente federativo, com ou sem ônus para o cessionário, permanecerá vinculado ao regime previdenciário de origem.

Assinale a alternativa correta.

- A) Apenas as afirmativas I, II e III estão incorretas.
  - B) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
  - C) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
  - D) Todas as afirmativas estão corretas.
13. As avaliações e reavaliações atuariais com o objetivo de dimensionar os compromissos do Plano de Benefícios e estabelecer o Plano de Custeio para a observância do equilíbrio financeiro e atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão ser elaboradas tendo como parâmetros técnicos as normas fixadas pela Portaria MPS de:
- A) Nº 402/08.
  - B) Nº 403/08.
  - C) Nº 315/10.
  - D) Nº 204/08.

Com base na Portaria MPS de Nº 403/08 responda as questões de 14 a 16.

14. Entende-se como Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial:

- A) o documento exclusivo de cada RPPS que registra de forma detalhada as características gerais do plano e os principais resultados da avaliação atuarial.
- B) o documento que apresenta, de forma conclusiva, a situação financeira e atuarial do plano, certifica a adequação da base de dados e das hipóteses utilizadas na avaliação e aponta medidas para a busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial.
- C) o documento exclusivo de cada RPPS que registra de forma resumida as características gerais do plano e os principais resultados da avaliação atuarial.
- D) o documento que apresenta, de forma inconclusiva, a situação financeira e atuarial do plano, certifica a adequação da base de dados e das hipóteses utilizadas na avaliação e aponta medidas para a busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial.

15. No que diz respeito ao Regime Financeiro de Capitalização, está correto afirmar que:

- A) trata-se do regime em que as contribuições estabelecidas no plano de custeio, a serem pagas pelo ente federativo, pelos servidores ativos e inativos e pelos pensionistas, acrescidas ao patrimônio existente, às despesas por ele geradas e a outras espécies de aportes, sejam suficientes para a formação dos recursos garantidores à cobertura dos compromissos futuros do plano de benefícios e da taxa de administração.
- B) trata-se do regime em que as contribuições estabelecidas no plano de custeio, a serem pagas pelo ente federativo, pelos servidores ativos e inativos e pelos pensionistas, em um determinado exercício, sejam suficientes para a constituição das reservas matemáticas dos benefícios iniciados por eventos que ocorram nesse mesmo exercício, admitindo-se a constituição de fundo previdencial para oscilação de risco.
- C) trata-se do regime em que as contribuições estabelecidas no plano de custeio, a serem pagas pelo ente federativo, pelos servidores ativos e inativos e pelos pensionistas, em um determinado exercício, sejam suficientes para a constituição das reservas matemáticas dos benefícios iniciados por eventos que ocorram no exercício posterior, não admitindo a constituição de fundo previdencial para oscilação de risco.
- D) trata-se do regime em que as contribuições estabelecidas no plano de custeio, a serem pagas pelo ente federativo, pelos servidores ativos e inativos e pelos pensionistas, acrescidas ao patrimônio existente, às receitas por ele geradas e a outras espécies de aportes, sejam suficientes para a formação dos recursos garantidores à cobertura dos compromissos futuros do plano de benefícios e da taxa de administração.

16. Assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Entende-se como plano financeiro um sistema estruturado somente no caso de segregação da massa, onde as contribuições a serem pagas pelo ente federativo, pelos servidores ativos e inativos e pelos pensionistas vinculados são fixadas sem objetivo de acumulação de recursos, sendo as insuficiências aportadas pelo ente federativo, admitida a constituição de fundo financeiro.
- B) O índice de cobertura compreende a relação entre o ativo real líquido e a reserva matemática previdenciária calculada pelo método do crédito unitário projetado.
- C) Considera-se ativo do plano financeiro a subtração de todos os bens e direitos vinculados ao plano.
- D) A data da avaliação compreende a data focal para o cálculo do valor atual dos compromissos futuros do plano de benefícios, das necessidades de custeio e para precificação dos ativos e apuração do resultado atuarial.

17. Preencha a lacuna abaixo com a alternativa correta.

A documentação comprobatória do cumprimento das obrigações de que a Portaria MPS Nº \_\_\_\_\_ e a Resolução do CMN dispoendo sobre as aplicações dos recursos dos RPPS deverá permanecer à disposição dos órgãos de supervisão competentes.

- A) 440/2013
- B) 519/2011
- C) 403/2008
- D) 351/2010

18. Estabelece a Instrução Normativa MPS / SPS Nº 02/2009 que o RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios será administrado por unidade gestora única vinculada ao Poder Executivo que:

- I- contará com colegiado ou instância de decisão, no qual será garantida a representação dos segurados, cabendo-lhes acompanhar e fiscalizar sua administração.
- II- procederá a recenseamento previdenciário, com periodicidade não superior a cinco anos, abrangendo todos os aposentados e pensionistas do respectivo regime.
- III- disponibilizará ao público, inclusive por meio de rede pública de transmissão de dados, informações atualizadas sobre as receitas e despesas do respectivo regime, bem como os critérios e parâmetros adotados para garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial.

De acordo com as informações acima, está correto afirmar que:

- A) as afirmativas I, II e III estão corretas.
- B) as afirmativas I, II e III estão incorretas.
- C) apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- D) apenas a afirmativa II está correta.

19. Com base na Instrução Normativa MPS/SPS Nº 02/2009, leia o enunciado abaixo, analise as afirmativas dando valores de (V) para verdadeiro ou (F) para falso, em seguida indique a alternativa correta.

Para a organização do RPPS deve(m) ser observada(s) a(s) norma(s) de contabilidade:

- ( ) A escrituração contábil do RPPS, ainda que em extinção, deverá ser distinta da mantida pelo ente federativo.
- ( ) Deverão ser adotados registros contábeis auxiliares para apuração de depreciações, de avaliações e reavaliações dos bens, direitos e ativos, exceto dos investimentos e da evolução das reservas.
- ( ) Os demonstrativos contábeis devem ser complementados por notas explicativas e outros quadros demonstrativos necessários ao minucioso esclarecimento da situação patrimonial e dos investimentos mantidos pelo RPPS.
- ( ) Os bens, direitos e ativos de qualquer natureza devem ser avaliados em conformidade com a Lei Nº 8.666/93, e reavaliados periodicamente na forma estabelecida na Portaria MPS Nº 916, de 2003.
- ( ) Os títulos públicos federais, adquiridos diretamente pelos RPPS, deverão ser marcados a mercado, mensalmente, no mínimo, mediante a utilização de parâmetros reconhecidos pelo mercado financeiro, de forma a refletir seu real valor.

- A) V, V, V, F, V.
- B) V, V, V, V, F.
- C) F, F, F, V, F.
- D) V, F, V, F, V.

20. A Instrução Normativa MPS/SPS Nº 02/2009, estabelece que a alíquota de contribuição dos segurados ativos ao RPPS não poderá ser inferior à dos servidores titulares de cargo efetivo da União, atualmente fixada em:

- A) 10%.
- B) 11%.
- C) 09%.
- D) 08%.

21. Os recursos dos regimes próprios de previdência social, instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos da Lei nº 9.717/98, devem ser aplicados conforme as disposições da Resolução Nº 3.922/10, tendo presentes às condições de:

- A) segurança, rentabilidade, insolvência, liquidez e transparência.
- B) rentabilidade, inconstância, solvência e densidade.
- C) segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.
- D) rentabilidade, densidade, insolvência e liquidez.

22. Os recursos dos regimes próprios de previdência social devem ser alocados no(s) segmento(s) de aplicação:

- I- Renda fixa.
- II- Renda variável.
- III- Imóveis.

Indique a alternativa correta.

- A) Estão corretas as três afirmativas.
- B) Apenas duas afirmativas estão corretas.
- C) Duas afirmativas estão incorretas.
- D) Estão incorretas as três afirmativas.

23. Conforme a Resolução Nº 3.922/10 indique (V) para verdadeiro ou (F) para falso nas afirmações abaixo, e em seguida assinale a alternativa correta.

- ( ) Os títulos e valores mobiliários integrantes dos diversos segmentos de aplicação dos recursos dos regimes próprios de previdência social devem ser registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou mantidos em conta de depósito individualizada em instituição ou entidade autorizada à prestação desse serviço pela Comissão de Valores Mobiliários.
- ( ) Os recursos dos regimes próprios de previdência social, representados por disponibilidades financeiras, devem ser depositados em contas próprias, em instituições financeiras bancárias devidamente autorizadas a funcionar no País pelo Banco Central do Brasil, controlados e contabilizados de forma segregada dos recursos do ente federativo.
- ( ) Os regimes próprios de previdência social que possuírem na data da entrada em vigor da Resolução N. 3.922/10, aplicações em desacordo com o estabelecido, poderão mantê-las em carteira até o correspondente vencimento ou, na inexistência deste, por até 180 dias.

- A) V, F, V.
- B) V, V, V.
- C) F, F, F.
- D) F, V, F.

24. Os aspectos da contabilidade aplicada ao setor público são:
- A) orçamentário, patrimonial e fiscal.
  - B) orçamentário e patrimonial, apenas.
  - C) patrimonial e fiscal, apenas.
  - D) fiscal e orçamentário, apenas.
25. As normas estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) são:
- A) obrigatórias para todos os órgãos e entidade apenas da administração direta, incluindo seus fundos, autarquias, fundações, e empresas estatais independentes e facultativas para as empresas estatais dependentes e entidades da administração indireta.
  - B) obrigatórias para todos os órgãos e entidades da administração direta e, facultativas para as autarquias, fundações, e empresas estatais independentes e dependentes.
  - C) facultativas para todos os órgãos e entidades da administração direta e da administração indireta dos entes da federação, incluindo seus fundos, autarquias, fundações, e empresas estatais dependentes e obrigatórias para as empresas estatais independentes.
  - D) obrigatórias para todos os órgãos e entidades da administração direta e da administração indireta dos entes da federação, incluindo seus fundos, autarquias, fundações, e empresas estatais dependentes e facultativas para as empresas estatais independentes.
26. Evitar múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política. Portanto, todas as receitas previstas e despesas fixadas, em cada exercício financeiro, devem integrar um único documento legal dentro de cada esfera federativa a Lei Orçamentária Anual. Sendo que, cada pessoa política da federação deve elaborar a sua própria LOA. Está é uma finalidade do princípio orçamentário denominado:
- A) Exclusividade.
  - B) Unidade.
  - C) Universalidade.
  - D) Anualidade.
27. Conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público são ingressos extraorçamentários:
- A) os recursos financeiros de caráter efetivo, do qual o Estado é mero agente depositário. Sua devolução se sujeita a autorização legislativa, portanto, integram a Lei Orçamentária Anual (LOA). Por serem constituídos por ativos e passivos não exigíveis, os ingressos extraorçamentários em geral não têm reflexos no Patrimônio Líquido da Entidade.
  - B) os recursos administrativos de caráter temporário, do qual o Estado é mero agente depositário. Sua devolução não se sujeita a autorização legislativa, portanto, não integram a Lei Orçamentária Anual (LOA). Por serem constituídos por ativos e passivos não exigíveis, os ingressos extraorçamentários em geral têm reflexos no Patrimônio Líquido da Entidade.
  - C) os recursos financeiros de caráter temporário, do qual o Estado é mero agente depositário. Sua devolução não se sujeita a autorização legislativa, portanto, não integram a Lei Orçamentária Anual (LOA). Por serem constituídos por ativos e passivos exigíveis, os ingressos extraorçamentários em geral não têm reflexos no Patrimônio Líquido da Entidade.
  - D) os recursos administrativos de caráter efetivo, do qual o Estado é mero agente depositário. Sua devolução se sujeita a autorização executiva, portanto, não integram a Lei Orçamentária Anual (LOA). Por serem constituídos por ativos e passivos exigíveis, os ingressos extraorçamentários em geral têm reflexos no Patrimônio Líquido da Entidade.
28. O detalhamento das classificações orçamentárias da receita, no âmbito da União, é normatizado por meio de portaria da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), órgão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). As receitas orçamentárias são classificadas segundo:
- I- Natureza.
  - II- Fonte / destinação de recursos.
  - III- Indicador de resultado secundário.

Com base nas informações acima, assinale a alternativa correta.

- A) Estão corretas as três afirmativas.
- B) Estão incorretas duas afirmativas apenas.
- C) Estão incorretas as três afirmativas.
- D) Estão corretas duas afirmativas apenas.

29. Tratando das Receitas Correntes que constam no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, preencha as lacunas com a alternativa correta.

Dívida ativa \_\_\_\_\_ é o crédito da Fazenda Pública proveniente da obrigação legal \_\_\_\_\_ a tributos e respectivos adicionais, atualizações monetárias, encargos e multas tributárias. Dívida ativa \_\_\_\_\_ corresponde aos demais créditos da Fazenda Pública.

- A) tributária / relativa / não tributária
- B) a pagar/ relativa / tributária
- C) tributária / não relativa / extraordinária
- D) não tributária / não relativa / tributária

30. A Origem de recursos da Categoria Econômica Receitas de Capital, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, são recursos financeiros oriundos da colocação de títulos públicos ou da contratação de empréstimos obtidas junto a entidades públicas ou privadas, internas ou externas.

São espécies desse tipo de receita:

- A) operações de crédito internas e operações de débitos externas.
- B) operações de crédito internas e operações de crédito externas.
- C) operações de débito internas e operações de créditos externas.
- D) operações de débito internas e operações de débito externas.

31. A Lei Nº 4.320/64 declara que os itens da discriminação da receita serão identificados por números de código decimal. Ficou acordado denominar este código de natureza de receita. Convém destacar que essa classificação é utilizada por todos os entes da Federação e visa identificar a origem do recurso segundo o fato gerador: acontecimento real que ocasionou o ingresso da receita no cofre público. Portanto, a natureza de receita é a menor célula de informação no contexto orçamentário para as receitas públicas; por isso, contém todas as informações necessárias para as devidas alocações orçamentárias. Para possibilitar a identificação detalhada dos recursos que ingressam nos cofres públicos, esta classificação é formada por um código numérico de 8 dígitos que subdivide-se em seis níveis, que são: Categoria Econômica, Origem, Espécie, Rubrica, Alínea e Subalínea.

Com base nas informações acima, preencha as lacunas abaixo, assinalando a alternativa correta.

A \_\_\_\_\_ é o detalhamento da \_\_\_\_\_ e exterioriza o nome da receita que receberá o registro pela \_\_\_\_\_ de recursos financeiros.

- A) Origem / Subalínea / saída
- B) Subalínea / alínea / saída
- C) Alínea / rubrica / entrada
- D) Categoria Econômica / rubrica / entrada

32. Com base nas classificações da despesa orçamentária que consta no Manual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, analise as informações abaixo, e em seguida assinale a alternativa correta.

A classificação funcional segrega as dotações orçamentárias em funções e subfunções, buscando responder basicamente à indagação “em que” área de ação governamental a despesa será realizada. A classificação funcional é representada por:

- A) Cinco dígitos, sendo que, os dois primeiros referem-se à função, enquanto que os três últimos dígitos representam a subfunção, que podem ser traduzidos como agregadores das diversas áreas de atuação do setor público, nas esferas legislativa, executiva e judiciária.
- B) Cinco dígitos, sendo que, os três primeiros referem-se à função, enquanto que os dois últimos dígitos representam a subfunção, que podem ser traduzidos como agregadores das diversas áreas de atuação do setor público, nas esferas legislativa e executiva.
- C) Seis dígitos, sendo que, os dois primeiros referem-se à função, enquanto que os quatro últimos dígitos representam a subfunção, que podem ser traduzidos como agregadores das diversas áreas de atuação do setor público, nas esferas legislativa e executiva.
- D) Oito dígitos, sendo que, os três primeiros referem-se à função, enquanto que os cinco últimos dígitos representam a subfunção, que podem ser traduzidos como agregadores das diversas áreas de atuação do setor público, nas esferas legislativa, executiva e judiciária.

33. A classificação da despesa orçamentária, segundo a sua natureza, compõe-se de:

- I- Categoria Econômica.
- II- Grupo de Natureza da Despesa.
- III- Origem de Despesa.

Assinale a alternativa correta

- A) Estão corretas as afirmativas I, II e III.
- B) Está correta apenas a afirmativa III.
- C) Estão incorretas as afirmativas I, II e III.
- D) Estão corretas as afirmativas I e II apenas.

34. Juros e Encargos da Dívida são:

- A) despesas orçamentárias com o recebimento de juros, comissões e outros encargos de operações de débitos internas e créditos externos contratadas, bem como da dívida pública mobiliária.
- B) receitas orçamentárias com o pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas contratadas, bem como da dívida pública mobiliária.
- C) receitas orçamentárias com o pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de débito internas e externas contratadas, bem como da dívida pública mobiliária.
- D) despesas orçamentárias com o pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas contratadas, bem como da dívida pública mobiliária.

35. Indique (V) para verdadeiro ou (F) para falso, em seguida assinale a alternativa correta.

- ( ) Transferências à União são despesas orçamentárias realizadas pelos Estados, Municípios ou pelo Distrito Federal, mediante transferência de recursos financeiros à União, exceto para suas entidades da administração indireta.
- ( ) Execução Orçamentária Delegada à União são despesas orçamentárias realizadas mediante transferência de recursos financeiros, decorrentes de delegação ou descentralização à União para execução de ações de responsabilidade exclusiva do delegante.
- ( ) Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos correspondem às despesas orçamentárias realizadas mediante transferência de recursos financeiros a entidades com fins lucrativos que tenham vínculo com a administração pública.

- A) V, V, F.
- B) F, V, F.
- C) V, V, V.
- D) F, V, V.

36. Com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, analise as afirmativas abaixo, e em seguida assinale a alternativa correta.

- I- A autorização legislativa para a realização da despesa constitui crédito orçamentário, que poderá ser final ou adicional. Por crédito orçamentário final, entende-se aquele aprovado pela lei orçamentária anual, constante dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas estatais dependentes.
- II- O orçamento anual consignará importância para atender determinada despesa a fim de executar ações que lhe caiba realizar. Tal importância é denominada de dotação.
- III- Na lei orçamentária anual, a discriminação da despesa, quanto à sua natureza, far-se-á, no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, conforme estabelece o art. 6º da Portaria Interministerial STN/SOF Nº 163/2001.

- A) Apenas a afirmativa I está incorreta.
- B) Apenas a afirmativa I está correta.
- C) As afirmativas I, II e III estão corretas.
- D) As afirmativas I, II e III estão incorretas.

37. A execução da despesa orçamentária se dá na forma prevista da Lei Nº 4.320/64, pelos estágios:

- A) planejamento, liquidação e recebimento.
- B) planejamento e liquidação, apenas.
- C) empenho, liquidação e pagamento.
- D) empenho e recebimento, apenas.

38. Preencha as lacunas com a alternativa correta.

No fim do exercício, as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas serão inscritas em \_\_\_\_\_ e constituirão a dívida \_\_\_\_\_.

- A) Restos a pagar / fundada
- B) Restos a receber / flutuante
- C) Restos a receber / fundada
- D) Restos a pagar / flutuante

39. No Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público é declarado, com base no Decreto Nº 93.872/86 que restos a pagar com prescrição interrompida são:

- A) as despesas cuja inscrição como restos a pagar tenha sido cancelada, mas ainda esteja vigente o direito do credor.
- B) as despesas cuja inscrição como restos a pagar tenha sido suspensa, e que não esteja vigente o direito do credor.
- C) as despesas cuja inscrição como restos a pagar tenha sido cancelada, mas ainda esteja vigente o direito do devedor.
- D) as receitas cuja inscrição como restos a pagar tenha sido cancelada, mas ainda esteja vigente o direito do credor.



40. Demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas o Balanço Orçamentário, que é composto por:

- I- quadro principal.
- II- quadro secundário.
- III- quadro da execução dos restos a pagar não processados.
- IV- quadro da execução dos restos a pagar processados.

De acordo com as informações acima, está correto afirmar que:

- A) apenas as afirmativas II e III estão incorretas.
- B) apenas a afirmativa I está correta.
- C) todas as afirmativas estão corretas.
- D) apenas a afirmativa II está incorreta.

41. Analise o enunciado abaixo, dando valores de (V) para verdadeiro ou (F) para falso nas sentenças e, em seguida indique a alternativa correta.

O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando (MCASP, 2015):

- ( ) a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte / destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas.
- ( ) os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários.
- ( ) as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS.
- ( ) o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

- A) V, V, F, V.
- B) V, V, V, V.
- C) F, F, V, F.
- D) F, F, F, F.

42. Na análise exploratória de dados para uma estatística, usualmente, emprega-se as medidas de posição (ou localização) central: média, mediana ou moda.

A moda é definida como a realização mais frequente do conjunto de valores observados. A mediana é a realização que ocupa a posição central da série de observações, quando estão ordenadas em ordem crescente. Finalmente, a média aritmética é a soma das observações dividida pelo número delas (BUSSAB E MORETTIN, 2013).

Análise a tabela abaixo e responda a alternativa correta.

SALÁRIOS	FREQUÊNCIA
1.250	5
1.500	4
1.750	6
2.000	8
2.300	9
2.750	4
3.100	3
3.450	1
TOTAL	40

- A) A mediana é 8.
- B) A média é \$3.450.
- C) A moda é \$2.300,00
- D) A moda é 9.

43. Preencha a lacuna abaixo com a alternativa correta.

O princípio da \_\_\_\_\_ exige que todo o processo licitatório se submeta integralmente às regras que forem especificamente baixadas para regular a licitação, apregoada sob a forma de edital ou de convite, inclusive e notadamente, as que definam os critérios para o julgamento (MOREIRA NETO, 2014).

- A) vinculação ao instrumento convocatório
- B) moralidade
- C) publicidade
- D) igualdade

44. Tratando das modalidades de licitação, analise as afirmativas abaixo dando valor de (V) para verdadeiro ou (F) para falso. Em seguida, assinale a alternativa correta.

- ( ) O pregão, introduzido como a quinta modalidade pela Lei nº. 10.520/02 destina-se à aquisição de bens e serviços incomuns, objetivando acelerar e desburocratizar os procedimentos licitatórios de contratos de maior monta ou de mais rápida conclusão em hipóteses específicas.
- ( ) O leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a Administração, ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao da avaliação.
- ( ) O concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial da habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para a execução de seu objeto.

- A) F, F, F.
- B) F, V, F.
- C) V, V, V.
- D) V, F, V.

45. Leia as afirmativas abaixo.

- I- A licitação é dispensável quando, por quaisquer motivos, fáticos ou jurídicos, possa caracterizar-se a inviabilidade da competição.
- II- A licitação é inexigível quando existam razões, legalmente previstas, que recomendem ou reconheçam a desnecessidade da competição.
- III- A inabilitação é o afastamento do licitante do processo licitatório em razão de insuficiência de condições subjetivas para licitar.

De acordo com as afirmativas acima, está correto afirmar que:

- A) as afirmativas II e III estão incorretas.
- B) as afirmativas I e III estão corretas.
- C) as afirmativas I, II e III estão corretas.
- D) as afirmativas I e II estão incorretas.

46. A aplicação do princípio da atualização monetária é compulsória quando a inflação acumulada no:

- A) biênio for de 100%.
- B) triênio for de 90%.
- C) triênio for de 100% ou mais.
- D) biênio for de 90% ou mais.

47. Assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Na sociedade em comandita simples, tomam parte os sócios de duas categorias: os comanditados, pessoas físicas, responsáveis solidárias e ilimitadamente pelas obrigações sociais; e os comanditários, obrigados somente pelo valor de sua quota.
- B) Na sociedade anônima ou companhia, o capital divide-se em ações, obrigando-se cada sócio ou acionista somente pelo preço de emissão das ações que subscrever ou adquirir.
- C) Na sociedade em nome coletivo, somente as pessoas jurídicas podem tomar parte na sociedade em nome coletivo, respondendo todos os sócios, solidários e limitadamente, pelas obrigações sociais.
- D) As sociedades simples são registradas no cartório de registro civil de pessoas jurídicas.

48. Declara a Lei Nº. 6.404/76 que as notas explicativas devem apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para os negócios e eventos significativos (ALEXANDRE, 2013).

As notas explicativas devem indicar:

- I- os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente dos estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo.
- II- o aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações.
- III- a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo.
- IV- as opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício.
- V- os ajustes de exercícios anteriores.

Com base nas informações acima, está correto afirmar que:

- A) todas as afirmativas estão incorretas.
- B) todas as afirmativas estão corretas.
- C) apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- D) apenas as afirmativas II, IV e V estão corretas.

49. A CF/88 estabelece que de forma integrada, manterão o sistema de controle interno os poderes:

- A) Legislativo, Executivo e Judiciário.
- B) Legislativo e Judiciário, apenas.
- C) Legislativo e Executivo, apenas.
- D) Executivo e Judiciário, apenas.

50. Leia o enunciado, analise as afirmativas abaixo dando valor de (V) para verdadeiro ou (F) para falso, em seguida indique a alternativa correta.

São tipos de auditoria governamental:

- ( ) Auditoria de avaliação da gestão.
- ( ) Auditoria de acompanhamento da gestão.
- ( ) Auditoria operacional.
- ( ) Auditoria contábil.
- ( ) Auditoria de sistema.
- ( ) Auditoria especial.

- A) V, V, F, F, V, V.
- B) F, F, V, V, F, F.
- C) F, F, F, V, F, V.
- D) V, V, V, V, V, V.